

CARTILHA INCLUSIVA: UMA PROPOSTA DE MATERIAL DIGITAL EDUCATIVO E DE USO PEDAGÓGICO PARA O TRABALHO COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Gabriella Kaylany Cruz Carneiro¹
Márcia Maria Alexandre de Paula²
Neila Marques da Costa Saboia³
Shirliane de Araújo Sousa⁴

RESUMO

O Núcleo Formativo de Educação Bilíngue dos Sertões de Crateús, consiste num projeto aprovado e financiado pela FUNCAP (edital Pro-Humanidade-2023); esta proposta busca promover a garantia de uma educação bilíngue no interior estado do Ceará, onde a política de inclusão ainda não é efetiva e servirá de apoio para as atividades de inclusão desenvolvidas na educação básica e Superior de instituições de ensino da região dos Sertões de Crateús. O projeto tem vigência desde 2023 até 2025 e um dos objetivos do projeto é produzir materiais didáticos pedagógicos para o ensino inclusivo bilíngue, e aqui neste trabalho apresentamos um desses materiais: A cartilha inclusiva digital. Esta cartilha trata-se de uma ferramenta digital, didático-pedagógica cujo abordamos diversas vertentes da educação inclusiva em ambiente escolar. A cartilha contém técnicas, curiosidades, práticas pedagógicas e dicas para o docente elaborar uma aula mais inclusiva. O objetivo principal deste material é sanar ou diminuir as dúvidas e dificuldades para a promoção de uma educação mais inclusiva, igualitária e humana. A cartilha tem sido publicizada no formato digital; contém 44 páginas e contempla esclarecimentos sobre o capacitismo, orientações elementares sobre práticas de convívio com pessoas cegas, TEA, TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade); além de estratégias metodológicas para lidar com essas deficiências, a fim de diminuir o preconceito e melhorar a qualidade do ensino; colaborando principalmente na atenção as necessidades educacionais especiais de cada educando. A cartilha encontra-se concluída e já foi divulgada nas semanas pedagógicas de escolas de educação básica do município, estado e IES públicas da região de Crateús - Ceará. Foi avaliada pelos educadores como uma ferramenta importante para a promoção de uma educação inclusiva e como um recurso importante para se quebrar as barreiras e promover uma aprendizagem de qualidade para todos.

Palavras-chave: Inclusão, Libras, Educação Inclusiva, Produto Educacional.

¹ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Ceará. Projeto FUNCAP- Núcleo Formativo Básico para a Educação Bilíngue de Surdos nos Sertões de Crateús - UECE, gabriella.kaylany@gmail.com

² Pesquisadora do Projeto Núcleo Formativo Básico Para a Educação Bilíngue de Surdos nos Sertões de Crateús, marcia@crateus.ufc.br

³ Pesquisadora do Projeto Núcleo Formativo Básico Para a Educação Bilíngue de Surdos nos Sertões de Crateús, neila.saboia@uece.br

⁴ Coordenadora Projeto Núcleo Formativo Básico para a Educação Bilíngue de Surdos nos Sertões de Crateús. Professora Doutora da Universidade Estadual do Ceará – UECE, shirliane.araujo@uece.br

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal garante a todas as pessoas, com necessidades educativas especiais ou não, o direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas (BRASIL, 1988). A inclusão ajuda a combater o preconceito e reconhecer as diferenças como acontecimentos próprios da vida, buscando a valorização das diferenças na ênfase e estímulo às habilidades, capacidades e potencialidades de cada pessoa. Daí advém a nossa preocupação com os professores que atuam com os sujeitos da educação especial, em vista de que possam aprender com a partilha de experiências com os outros, contribuindo assim com outros processos de evolução da educação frente aos desafios da humanidade (MENDES, 2020).

Cabe destacar que as escolas, em sua maioria, também passam por dificuldades financeiras, estruturais e até mesmo de gestão da comunicação. Não oferecem condições adequadas para receber os estudantes, negligenciando formas dignas de ensino, seja pelo excesso de estudantes por turma, que inviabiliza as possibilidades de um acompanhamento individualizado, ou pelo excesso de trabalho (cansaço) do educador em dar conta de todos no processo de ensino, comprometendo o desenvolvimento global dos estudantes que buscam (re)conhecimento e melhoria da qualidade de vida. Diante das condições da educação brasileira, fica difícil a inclusão de estudantes com necessidades especiais na educação regular sem o devido suporte especializado que ofereça aos educadores orientações e assistência (BUENO, 1993).

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. A Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo V, traz educação especial, como uma modalidade de educação escolar, sendo oferecida preferencialmente pelo ensino regular, para alunos com necessidades especiais, oferecendo quando necessário serviço de apoio especializado, para atender às peculiaridades da clientela de educação inclusiva, sendo dever constitucional do Estado, oferecer educação especial (BRASIL, 1996).

Para que um programa de inclusão escolar tenha sucesso, este deverá envolver a família do educando e permitir sua coparticipação na assistência e no desenvolvimento do aluno, possibilitando um trabalho conjunto entre escola, família e profissionais, no qual a família contribui com a escola por meio de informações, sugestões, críticas e solicitações, que sinalizarão os caminhos que a escola deve seguir (GARCIA, 2006). Os sistemas escolares estão formados no princípio que recorta a realidade, dividindo alunos em normais e deficientes, o ensino em regular e especial, e transformando professores em especialistas sobre diferentes necessidades especiais. Construindo uma lógica com visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista própria do pensamento científico moderno, ignorando o subjetivo, afetivo, criador, não conseguindo assim romper o velho modelo escolar, para efetivar a mudança que a inclusão busca (Mantoan, 2006).

O processo histórico da educação dos surdos, apresenta uma trajetória e desafios vivenciados durante diversos períodos. Por consequência, foram postos à margem educacional, cultural e social, sendo considerados deficientes, incapazes e pessoas ineducáveis (STROBEL, 2018). Passando pelas longas lutas e discursos por uma inclusão, principalmente na área da educação, até chegarmos ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais-Libras; da inclusão escolar à promessa da educação bilíngue, encontramos práticas pedagógicas subsidiadas pelos dispositivos legais, que infelizmente ainda está longe de ser o ideal, principalmente nas cidades do interior onde

não existem escolas bilíngues; e por esse motivo, os surdos acabam não aprendendo nem sequer a sua língua de instrução, que é a Libras, tendo perdas na sua educação e na sua aquisição identitária.

A regulamentação da Lei 10.436/02, a lei de Libras acontece através do decreto presidencial 5.626/05, que institui a obrigatoriedade de garantir a acessibilidade de comunicação, informação e educação aos surdos em todos os 5 níveis escolares, independente de qual modalidade de ensino estejam esses educandos. O decreto ainda garante a educação bilíngue para surdos e que os mesmos têm o direito de serem educados na sua língua materna, a Libras, e o Português como segunda língua na modalidade escrita.

Quadros (1997), diz que o bilinguismo representa não só a aprendizagem da Língua de sinais L1, mas representa questões políticas, sociais e culturais. O Bilinguismo consiste numa filosofia de educação de surdos pautada no ensino de Libras como primeira língua L1, a língua materna do surdo, e consequentemente a sua língua de instrução; e a língua portuguesa como a segunda língua L2. Essa filosofia é composta na valorização da comunidade surda, que através dela desenvolve sua cultura, sua identidade, favorece sua compreensão de mundo e lhe proporciona a aquisição política para entender a realidade que o cerca, além de poder se inserir e contribuir com a construção da mesma.

Não é suficiente conhecer a Língua Brasileira de Sinais para poder atuar de forma eficaz na escola com o aluno Surdo. É também necessário conhecer a Cultura Surda através da participação e vivência na comunidade Surda, aceitação da diferença e paciência para inteirar – se nela. É um conjunto de comportamentos aprendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras de comportamento e tradições (PERLIN, 2004, p. 77-78).

A regulamentação da Lei 10.436/02, a lei de Libras acontece através do decreto presidencial 5.626/05, que institui a obrigatoriedade de garantir a acessibilidade de comunicação, informação e educação aos surdos em todos os 5 níveis escolares, independente de qual modalidade de ensino estejam esses educandos. O decreto ainda garante a educação bilíngue para surdos e que os mesmos têm o direito de serem educados na sua língua materna, a Libras, e o Português como segunda língua na modalidade escrita.

As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005). Deste modo, a luta constante da comunidade surda por uma educação inclusiva de qualidade se deu através da aprovação de leis que asseguram e reconhecem como autêntica a educação bilíngue de surdos. A inclusão dos surdos no ensino básico implica numa mudança de paradigmas de serviços segundo afirma Mantoan, (2003). Assim, segundo a autora, a educação precisa mesmo diante do respaldo legal, atender as demandas que a educação bilíngue exige, não é apenas integrar, é preciso incluir, e essa inclusão consiste em ajustes e adaptações nas políticas afirmativas das instituições públicas municipais, estaduais e federais.

Partindo dessa reflexão, é que o processo de ensino e aprendizagem não deve se restringir aos muros escolares, nem somente as instruções específicas teóricas de conteúdo, faz-se necessário acontecer por meio das relações constituídas com/na sociedade e em seu processo histórico, cultural, ambiental e político (SOUSA, FONSECA e SILVA, 2016; MARANDINO, 2017), concatenando com o real objetivo

educacional, que é a formação de um cidadão surdo crítico e reflexivo dentro do seu contexto de vida.

A cidade de Crateús está localizada ao oeste do estado do Ceará, a 350 quilômetros da capital, Fortaleza, alocada na mesorregião dos Sertões de Crateús. É uma das cidades mais importantes e antigas do Estado, que possui cerca de 75.074 mil habitantes, constituindo um município com expressiva importância regional, com destaque na tradicional função de comercialização de produtos rurais, provenientes do desenvolvimento da agricultura familiar. A cidade possui um posicionamento geográfico estratégico, estando ao oeste do Estado do Ceará e ao leste do Estado do Piauí, o que lhe confere a condição de se consolidar como “cidade satélite” (polo comercial e educacional para os dois Estados) (IBGE, 2019).

Por esse motivo, a cidade assume um papel importante para a região, pois representa uma economia em ascensão no interior nordestino, possui o maior centro de saúde dos Sertões de Crateús e representa um centro universitário em expansão, onde atualmente registra a presença de três grandes campi de Instituições de Educação Superior (IES) públicas: Faculdade de Educação de Crateús - FAEC (campus da UECE), Instituto Federal do Ceará - IFCE e Universidade Federal do Ceará - UFC; voltadas para cursos de Formação de Professores (licenciaturas); Ensino Técnico e Tecnológico, estes com ênfase nas engenharias e tecnologias em geral; além de IES particulares que ofertam cursos diversos.

A região representa também, um expressivo número de surdos tanto na sede do município quanto em municípios circunvizinhos que quando buscam uma educação superior, recorrem às Universidades Públicas locais, hoje contamos com oito alunos no nível superior, quatro na Universidade Estadual do Ceará UECE, fazendo pedagogia e quatro na Universidade Federal do Ceará-UFC, nos cursos de Engenharia Ambiental, Engenharia de Minas e Sistemas de Informações, onde três desses, são naturais de municípios vizinhos: Novo Oriente, Quiterianópolis e Varjota. Apesar de representar um importante polo educacional para a mesorregião dos Sertões dos Inhamuns, a cidade de Crateús, não possui nenhuma escola Bilíngue, e por não conhecerem a libras, muitos surdos da 7 educação básica não conseguem avançar nos conteúdos curriculares, além de possuir dificuldade de ingressar/permanecer no ensino superior.

Nessa perspectiva, o Núcleo Formativo para a Educação Bilíngue nos Sertões de Crateús (NFBL), trata-se, de um projeto financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), que tem por objetivo, a garantia de uma educação bilíngue no interior do estado do Ceará, onde a política de inclusão ainda não é efetiva. O projeto tem vigência desde 2023 até 2025 e um dos objetivos do projeto é produzir materiais didáticos pedagógicos para o ensino inclusivo bilíngue, e aqui neste trabalho apresentamos um desses materiais: A cartilha inclusiva digital, intitulada: “Cartilha Educativa: como trabalhar com o aluno deficiente”, e os resultados obtidos através de sua utilização. Esta cartilha trata-se de uma ferramenta digital, didático-pedagógica cujo abordamos diversas vertentes da educação inclusiva em ambiente escolar. A cartilha contém técnicas, curiosidades, práticas pedagógicas e dicas para o docente elaborar uma aula mais inclusiva. O objetivo principal deste material é sanar ou diminuir as dúvidas e dificuldades para a promoção de uma educação mais inclusiva, igualitária e humana.

METODOLOGIA

Percurso e construção da cartilha

O Núcleo Formativo para a Educação Bilíngue nos Sertões de Crateús (NFBL) atua nos três eixos: ensino, pesquisa e extensão; dentro do eixo de extensão, além de cursos e capacitações, é produzido materiais didáticos; e aqui descreveremos o desenvolvimento de um desses materiais de suporte pedagógico, a cartilha inclusiva digital, intitulada: “Cartilha Educativa: como trabalhar com o aluno deficiente”.

A ideia de produzir uma cartilha que apresente boas práticas pedagógicas de como trabalhar com um aluno com deficiência surgiu da falta de material específico, inclusivo, objetivo e de linguagem fácil para essa finalidade; principalmente pensando no professor que atua no Ensino Superior, onde a inclusão acontece de forma ainda estratificada, caracterizando-se pelo pouco investimento na capacitação docente para temática.

A cartilha digital inclusiva foi inicialmente idealizada pensando no atendimento educacional para a comunidade surda; mas com o entendimento que outras deficiências podem estar presentes no mesmo indivíduo além da surdez; outras temáticas foram acrescentadas na proposta, como por exemplo, práticas de convívio com pessoas cegas, TEA, TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade); além de estratégias metodológicas para lidar com essas deficiências, a fim de diminuir o preconceito e melhorar a qualidade do ensino; colaborando principalmente na atenção as necessidades educacionais especiais de cada educando. Neste sentido, esta cartilha foi idealizada com o objetivo de oferecer um material de apoio e suporte básico aos docentes e discentes, para sanar ou diminuir, as dificuldades frente ao trabalho e ao convívio com pessoas deficientes.

A cartilha foi produzida de maio a julho de 2024 e o seu conteúdo foi produzido por professores especialistas, profissionais tradutores intérpretes de Libras e uma psicóloga. O material foi pensado desde o contato inicial, como o que fazer após identificar um aluno e/ou com deficiência em sala de aula; até mitos e verdades sobre outras deficiências. Foi desenvolvida a partir da plataforma do Canva (ferramenta online de design gráfico), e nela estão inseridos diversos temas como: pedagogia surda-materiais e métodos; introdução a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); práticas pedagógicas; recursos para planejamentos e criação das aulas; mapa conceitual para surdos; dicas de como adaptar o meio avaliativo de acordo com a realidade da sala de aula; curiosidades; desvendando o capacitismo e exposição de atitudes capacitistas; compreensão acerca da deficiência visual; explicação sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e Transtorno do Déficit de atenção e hiperatividade (TDAH); dicas de como adaptar a sala de aula, conteúdo e muitos mais.

Este material tem por objetivo auxiliar a comunidade docente e discente a articular uma educação mais inclusiva e igualitária, por meio de orientações e dicas de como agir, ainda que o profissional não possua conhecimento básico sobre o assunto. Dessa forma, a cartilha atua como um caminho norteador para aqueles que possuem muito ou pouco preparo para trabalhar com as diferentes realidades da deficiência dentro e fora da sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cartilha inclusiva e sua aplicabilidade

A Cartilha digital inclusiva apresenta-se como um importante recurso didático no processo de redução das práticas exclusivas do ensino e na educação de forma geral; pois a mesma pode ser utilizada desde a educação básica até a educação superior, por docentes e discentes. Em sala de aula, serve como material de consulta e apoio ao professor, que por meio dela, consegue elaborar um plano de aula inclusivo; adaptar a prova de acordo com as necessidades dos alunos; identificar maneiras de incluir o aluno deficiente e produzir material didático para as especificidades.

A cartilha possui 44 páginas, onde são abordados diferentes conceitos, como: práticas pedagógicas com foco na pedagogia surda; recursos para planejamento e criação das aulas; pedagogia surda; que práticas pedagógicas são indicadas; mapa conceitual; maneiras para adaptação do método avaliativo; apresentação sobre o capacitismo; TDAH dentro das universidades; explicação sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) exemplos, curiosidades, dicas de convívio e muito mais. Esse material foi desenvolvido a partir do conhecimento de profissionais na área, utilizando recursos visuais atrativos e de fácil entendimento, apostando em uma diversidade de cores, a fim de tornar lúdico o conteúdo, diferenciando cada tópico por uma cor em específico. Ademais, apresenta-se disponível em duas versões, para uso pedagógico do docente e discente (Figura 1 e 2).

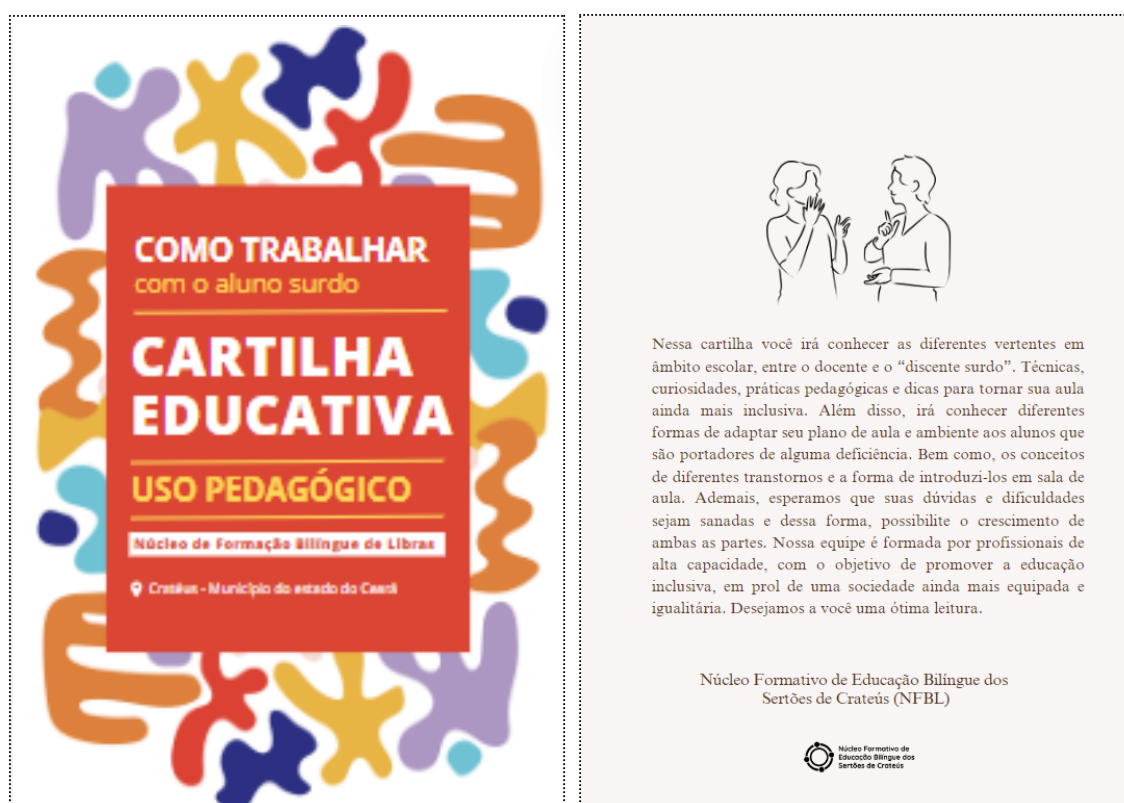


Figura 1. Capa e contracapa da Cartilha Educativa: como trabalhar com o aluno surdo. Uso pedagógico, versão digital, 2024.

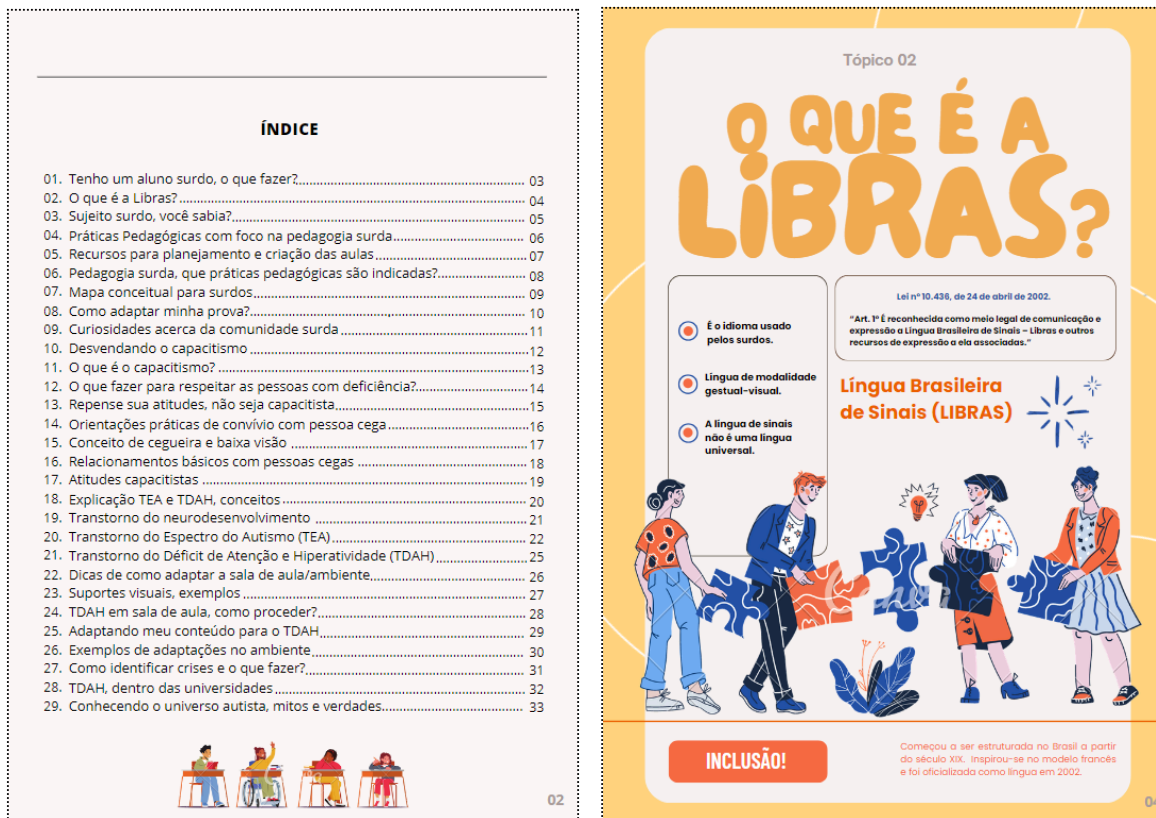


Figura 2. Apresentação do índice e introdução aos temas abordados na cartilha. Uso pedagógico, versão digital, 2024.

A Cartilha foi desenvolvida como um dos materiais didáticos produzidos pelo eixo de extensão do Núcleo Formativo para a Educação Bilíngue nos Sertões de Crateús (NFBL), um projeto financiado pela Funcap, e com sede na Universidade Estadual de Educação e Ciências Integradas de Crateús (FAEC), campus da UECE no município de Crateús-Ceará.

Nos meses de julho e agosto de 2024, este material já foi utilizado em 06 formações pedagógicas que ocorreram nos municípios de Crateús e Nova Russas; além de eventos, formações e semanas pedagógicas em institucionais locais, escolares e de IES parceiras (UFC e IFCE), todas no interior do estado do Ceará. Os professores impactados pelas formações avaliaram a cartilha como um recurso de auxílio pedagógico fundamental e muito importante, que possibilita uma melhor compreensão das pessoas com deficiência no ambiente educacional, apontando informações importantes de como tornar a relação aluno-professor mais inclusiva.

A versão da cartilha voltada para discentes busca reduzir as relações capacitistas e preconceituosas com o público deficiente em sala de aula, além de ressaltar boas práticas e condutas de convivência e relação com esse público no cotidiano escolar (Figura 3).






TÓPICO 01		CARTILHA EDUCATIVA	
<h2>Tenho um colega surdo</h2> <h3>E AGORA?</h3>			
	<p>Respeite a individualidade: Lembre-se de que cada pessoa surda pode ter preferências diferentes. Alguns preferem a leitura labial, enquanto outros usam Libras ou comunicação escrita. Pergunte ao seu colega como ele prefere se comunicar.</p>		
	<p>Inclusão nas atividades em grupo: Ao trabalhar em grupos, certifique-se de incluir seu colega surdo. Explique o conteúdo para toda a turma e, em seguida, dedique um tempo individual para apoiá-lo. Se ele precisar de alguma orientação no desenrolar das atividades mostre disponibilidade em ajudá-lo. Além disso, não exclua seu colega das atividades em grupo.</p>		
	<p>Evite falar rápido demais: Fale devagar e com naturalidade. Isso ajuda seu colega a acompanhar a conversa. Ao desviar o olhar o surdo pode entender que o diálogo foi encerrado, faça contato visual e utilize da mímica facial para facilitar o entendimento.</p>		
	<p>Recursos visuais: Utilize recursos visuais sempre que possível. Isso pode incluir gestos, mímicas, imagens e materiais visuais para reforçar a compreensão. Informe-se sobre os direitos garantidos por lei às pessoas surdas.</p>		
	<p>Atenção à posição: Quando estiver conversando com seu colega surdo, posicione-se de frente para ele. Isso facilita a leitura labial e a comunicação visual.</p>		
		03	

Figura 3. Orientações de convívio com pessoas surdas e boas práticas. Uso do discente, versão digital, 2024.

No mês de setembro e outubro DE 2024 a cartilha foi apresentada em um Congresso Nacional (CONEDU) e um evento institucional da UECE (XXIX Semana Universitária da UECE); no qual neste último, concorreu como finalista a premiação acadêmica por mérito científico intitulada “Garotas fazem Ciência”.

A produção da cartilha como produto de um projeto de pesquisa financiado e de origem/idealização em um município do interior do Ceará (Crateús), potencializa a importância de investimentos/financiamento no processo de interiorização da ciência. Cabe aqui destacar que esta ideia inovadora e inclusiva é protagonizada por uma equipe de professoras pesquisadoras e discentes formadas na sua integralidade por mulheres, e entre elas, discentes bolsistas surdas; o que ressalta também a importância da oportunidade de investimento em trabalhos realizados por mulheres; quebrando o abismo causado pelo viés de gênero na ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Núcleo Formativo para a Educação Bilíngue nos Sertões de Crateús (NFBL), veio contribuir positivamente com a formação de profissionais mais preocupados com a educação bilíngue de surdos, evidenciando principalmente a aquisição da Libras, para apoiar os surdos incluídos nas diversas instituições desde a educação básica ao nível superior. O protagonismo do Surdo no núcleo é imperativo nesse processo formativo. O objetivo do núcleo é desenvolver os surdos, para que estes possam exercitar e aplicar o conhecimento adquirido dentro e fora da sala de aula, para que estes tenham o poder de mudar a sua realidade local, regional e nacional; provocando assim, uma verdadeira revolução inclusiva na educação.

A cartilha digital inclusiva desenvolvida foi avaliada pelos educadores como uma ferramenta importante para a promoção de uma educação inclusiva e como um recurso importante para quebrar as barreiras e promover uma aprendizagem de qualidade e democrática para todos.

Algumas barreiras ainda precisam ser superadas para o avanço e permanência educacional da comunidade surda dos sertões de Crateús, como por exemplo: a falta de uma educação bilíngue de base; a ausência de intérpretes e/ou profissionais que possuam qualificação necessária para a promoção de um ensino bilíngue; a falta de projetos e investimentos educacionais nessa área; as dificuldades do ingresso e permanência dessa comunidade nas diversas esferas da educação; entre outros. Nesse sentido, Projetos como o NFBL, são muito importantes para a promoção de uma educação pública verdadeiramente inclusiva e democrática. Assim, espera-se que essa cartilha produzida possa ser utilizada e aplicada em diversas esferas da educação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho conta com apoio e financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); e apoio com bolsas de extensão da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Ceará (PROEX).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Diário da União. Brasília, DF, 2018. p. 47. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/5587780 8.

BRASIL. Declaração de Salamanca. 1994.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002.

CHASSOT, A. **Alfabetização Científica: questões e desafios para a Educação**. Ijuí: Unijuí, 2014.

FONSECA, Michele Pereira de Souza da; RAMOS, Maitê Mello Russo. “Inclusão em movimento: discutindo a diversidade nas aulas de educação física escolar”.

In: PONTES JR, José Airton de Freitas (Org.). Conhecimentos do professor de educação física escolar [livro eletrônico]. Fortaleza: EdUECE, 2017, p. 186.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda, linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2ª edição. São Paulo: Plexus editora; 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2019. **Estimativa Populacional**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acessado em: 09/10/2020.

MANTOAN, M .T. E Inclusão escolar: o que é? Porque? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MOURA, M.C. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

MARANDINO, M. **Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal?** Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017.

PEIXOTO, L. da S. V. **Primeira Coleção Didática de Zoologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana**. 2012. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino à Distância, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

PERLIN, Gladis. O Lugar da Cultura Surda, In THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (orgs), A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

QUADROS, R.M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R.M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. QUADROS, Ronice Muller de Educação de Surdos - A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Tavares, R. (2007). Ambiente colaborativo on-line e a aprendizagem significativa de Física 13º CIED - Congresso Internacional ABED de Educação a Distância – Curitiba.